

REPRODUÇÃO/VÍDEO



Múcio: Levará tempo reconstruir área militar do país

Lula fala em soberania. José Múcio pergunta: “Com que dinheiro?”

Na sua campanha à reeleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva muito tem falado na defesa da soberania nacional. Um dos pontos centrais no seu discurso na convenção do PT que oficializou sua candidatura é que o Brasil precisará investir mais em Defesa. Lula está convencido de que haveria no momento uma articulação internacional para derrotá-lo. E talvez não esteja errado, no sentido de que é nítida a articulação que existe hoje entre os principais líderes de direita do mundo. E, no caso, uma articulação que visa facilitar o acesso às riquezas do país: as fontes minerais nas terras raras, nossas reservas de água, o gás e o petróleo encontrados na Margem Equatorial, no Norte do país. Lula diz: “Precisamos defender nossa soberania”. Seu ministro da Defesa, José Múcio Monteiro responde, no entanto: “Com que dinheiro?”. O ministro afirma que vem alertando isso “diuturnamente”.

Sem previsibilidade orçamentária

Em agosto, numa palestra na Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Múcio provocou certo constrangimento ao dizer que, diante de uma eventual invasão do Brasil pelos Estados Unidos, a única coisa que lhe restaria seria “abrir o portão”. Ao responder sobre isso ao Correio Político no programa “Direto de Brasília”, do jornalista Magno Martins com o jornal Folha de Pernambuco, José Múcio disse: “Precisamos ter previsibilidade orçamentária no campo da defesa”.

MARINHA DO BRASIL



Esquadra brasileira levaria 30 dias para chegar ao litoral Norte

Investimento ficou na casa de 1%

“Tenho batido sempre nessa tecla. Talvez tenha sido inconveniente em alguns momentos. Mas estamos construindo a resposta”, disse José Múcio Monteiro. Segundo ele, no ano passado o investimento na área de Defesa ficou em 1,1%. “A Otan [Organização do Tratado do Atlântico Norte] recomenda 5%”. José Múcio lembra que Brasil, Estados Unidos e China são países com características muito próximas quanto à extensão territorial das suas fronteiras. “Qual a nossa diferença para os outros dois? Não temos orçamento de Defesa”.

“Quando não pagar as prestações”...

José Múcio conta que, numa conversa recente, um fornecedor de equipamentos militares foi ríspido com um negociador de seu ministério nas negociações. Esse negociador, então, segundo o ministro, respondeu: “Não vou comprar nada de você”. E explicou a razão depois: “Você está sendo ríspido querendo me vender. Imagine como vai me tratar quando eu não pagar as prestações”.

Na fronteira

Segundo José Múcio Monteiro, as forças militares brasileiras têm 20 mil homens vigiando as fronteiras. São 7,3 mil quilômetros de fronteira seca. “A República Dominicana tem 300 quilômetros de fronteira com o Haiti, que são vigiados por 13 mil homens”. Toda a esquadra brasileira fica ancorada no Rio de Janeiro.

30 dias

“Se nós tivermos que deslocar essa esquadra para proteger o Norte do país, ela vai levar de 20 a 30 dias para chegar”, observa o ministro da Defesa. Segundo José Múcio, uma das maiores necessidades de investimentos militares no momento seria ter uma esquadra também no litoral Norte. Outro ponto, segundo ele: falta de bateria anti-aérea.

Leva tempo

“Praticamente não temos bateria anti-aérea”, diz o ministro. “Onde posicioná-la? Em Brasília? Na Faria Lima?”, continua. Para José Múcio, são diversos investimentos necessários para que, minimamente o Brasil tenha a estrutura de Defesa de que necessita. “O problema é que isso não é algo que se construa da noite para o dia”, adverte ele.

Construção lenta

Diz José Múcio Monteiro: o tempo entre decidir construir uma estrada e fazê-la é de cerca de dois anos. Tempo igual para fazer uma escola. Uma ponte se faz em um ano. Levar a estrutura de Defesa do país a um nível ideal irá levar muito mais tempo. E implica começar com uma previsão nesse sentido, que reserve 2% a 3% do orçamento.

Pacífico

Talvez a índole internacional pacífica e a tradição pragmática da diplomacia brasileira tenha feito com que, ao longo dos anos, não houvesse essa preocupação com o fortalecimento militar do país. Mas a atenção sobre o Brasil mudou. “Tudo o que se descobre de riqueza no mundo parece ter reserva no nosso país”, comenta José Múcio Monteiro.

Resultado

José Múcio Monteiro, no entanto, se declara otimista. Considera que sua insistência sensibilizou o presidente. E também promoveu, ele considera, uma sensibilização do Congresso quanto à necessidade de um orçamento maior para a área militar. “Vamos chegar lá, porque falo diuturnamente sobre isso”, afirma o ministro da Defesa.

ANTONIO AUGUSTO/STF



Destaque de Dino ao plenário adia a decisão sobre Ficha Limpa

Mudanças na Ficha Limpa ficam para depois

Dino fez destaque para discussão ir para o plenário presencial do STF

Por **Gabriela Gallo**

O Supremo Tribunal Federal (STF) definirá sobre as novas regras referentes às mudanças da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010) em plenário físico. Inicialmente estava previsto que os magistrados teriam até esta sexta-feira (18) para votar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7881 que questiona a constitucionalidade das mudanças.

Contudo, o ministro Flávio Dino solicitou, na sexta-feira, destaque para a análise da medida, o que transfere o julgamento do plenário virtual para o plenário físico.

Agora, cabe ao presidente do STF, ministro Edson Fachin, agendar a nova data do julgamento. Contudo, como o cronograma de votações no plenário do STF de setembro já está fechado, a expectativa é que a ADI 7881 seja votada e definida somente após as eleições de outubro.

Com a discussão indo para o plenário presencial, o placar foi zerado. Antes, foram computados dois votos para derrubar as mudanças (feitos pela ministra Cármen Lúcia, relatora da proposta, e o ministro Luiz Fux) e um voto do ministro Gilmar Mendes, que acatou parte das mudanças

propostas pela nova Lei Complementar.

A ADI 7881, protocolada no STF pelo partido Rede Sustentabilidade, analisa as mudanças feitas na Lei da Ficha Limpa pela Lei Complementar (LC) nº 219/2025, aprovada no Congresso Nacional e sancionada parcialmente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em setembro de 2025.

A medida altera o período de contagem de inelegibilidade a candidatos condenados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Antes, o tempo de inelegibilidade de um candidato começava a contar depois que o candidato cumpria sua sentença. Agora, a contagem passa a valer assim que ele for condenado pelo colegiado. A medida também limita a 12 anos o período máximo de inelegibilidade.

Nesta sexta-feira (11), o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) indeferiu, por unanimidade, o registro de Anthony Garotinho (Republicanos).

Antes, os Tribunais Regionais Eleitorais do Distrito Federal e de Minas Gerais impugnaram as candidaturas de José Roberto Arruda (PSD) para o Palácio do Buriti e de Eduardo Cunha (Republicanos) a deputado federal.